

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

6



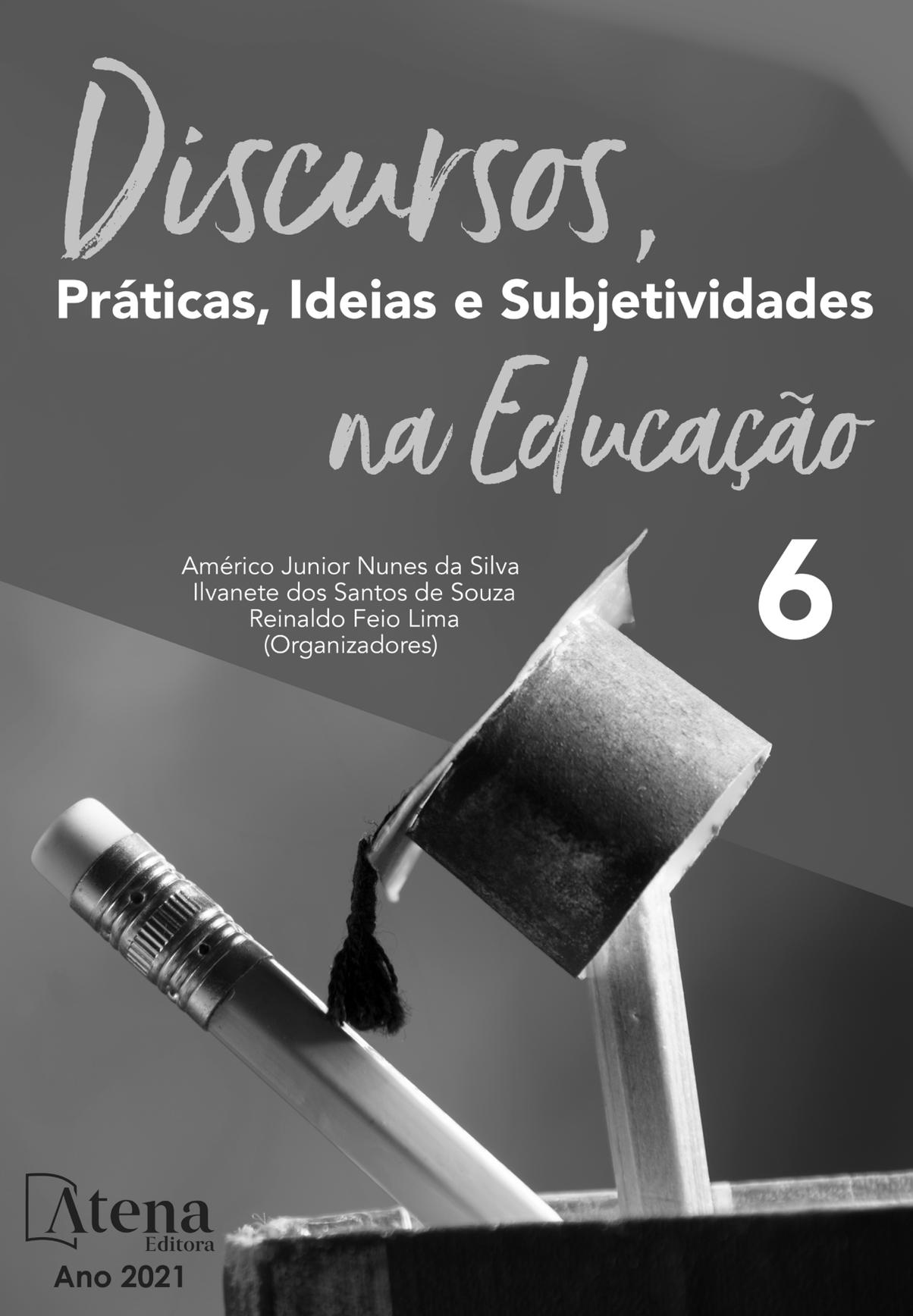
Atena
Editora

Ano 2021

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

6



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 6

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D611 Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 6 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-022-0

DOI 10.22533/at.ed.220212804

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Inicialmente localizamos o leitor quanto ao contexto de organização desta obra; pois, nesse momento, (sobre)vivemos em um contexto pandêmico no qual os desafios enfrentados perpassam as “(...) relações entre a preservação da vida e as necessidades sociais tão preciosas a nós humanos, seres gregários que somos, bem como as dificuldades relativas ao trabalho, à economia e à sustentabilidade das instituições.” (GATTI, 2020, p. 30¹).

Neste contexto, é com entusiasmo de dias melhores que apresentamos o livro: **“Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação”** cujas temáticas focam a problematização da educação em relação as práticas, discursos, subjetividades e ideias, voltadas a formação de professores, gestão educacional, contexto pandêmico, inclusão, gênero e diversidade, ensino de Ciências e Matemática, práticas interdisciplinares, profissionalização e trabalho docente, Educação à Distância, entre outros.

Uma obra estruturada a muitas mãos e que tem por objetivo socializar as diferentes produções, desde relatos de experiências a textos de pesquisas, vinculados a diferentes instituições nacionais e internacionais, ampliando o olhar acerca das temáticas que evidenciamos anteriormente. O número expressivo de artigos encaminhados para este livro e os resultados aqui apresentados, revelou a relevância da temática e dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados por diferentes pesquisadores, bem como reafirma o entendimento da imprescindível necessidade de Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação.

Dessa forma, esperamos que esta obra seja a mola propulsora para futuras reflexões e inspirações para docentes em formação e/ou exercício da docência. Que ao ler os textos que apresentamos nesse volume inspiremos investigações e práticas exitosas, permitindo um ressignificar dos processos de formação, ensino e de aprendizagem. Os artigos que compõe este livro – cada um sob olhares, discursos, práticas, ideias e impressões de seus autores – buscam galgar por questões que inquietam o cotidiano social da educação, principalmente, contribuir com as discussões que promovam a qualificação do ensino no Brasil, reafirmando a necessidade de olhares mais apurado para subjetividade que compõem as diferentes práticas e discursos educacionais.

Nesse sentido, portanto, desejamos a todos uma ótima e profícua leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

1 GATTI, A. B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. Estudos Avançados. vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

FORMAÇÃO CONTINUADA E ADOECIMENTO DOCENTE: BASES HISTÓRICO-CRÍTICO-CULTURAIS PARA PENSAR POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO

Soraya Cunha Couto Vital

Vanderlei Braulino Queiroz

Sônia da Cunha Urt

DOI 10.22533/at.ed.2202128041

CAPÍTULO 2..... 12

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E IDENTIDADES DOCENTES: FORMAS DE RECEPÇÃO DE UMA PROPOSTA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM ESCOLAS CAMPO

Carolinne Porto da Silva

Luciana Maria Viviani

DOI 10.22533/at.ed.2202128042

CAPÍTULO 3..... 26

CÁLCULO DE ÍNDICE DE EFECTIVIDAD: APLICACIÓN PARA ESTUDIOS DE GRADUADOS EN PROGRAMAS UNIVERSITARIOS

David Alberto García Arango

Cesar Felipe Henao Villa

Jovany Sepúlveda-Aguirre

Luis Fernando Garcés Giraldo

José Antonio García Pereáñez

DOI 10.22533/at.ed.2202128043

CAPÍTULO 4..... 36

O POSITIVISMO NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Victoria Henrard

DOI 10.22533/at.ed.2202128044

CAPÍTULO 5..... 42

PRÁTICAS DE INCLUSÃO NO ATENDIMENTO ESCOLAR DOMICILIAR

Raquel Soares da Silva

Daiane de Liemes Rosa

DOI 10.22533/at.ed.2202128045

CAPÍTULO 6..... 53

EDUCAÇÃO INTEGRAL PRESSUPOSTO PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Abadia dos Santos Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.2202128046

CAPÍTULO 7..... 62

ACESSIBILIDADE NO IFCE: ANÁLISE SITUACIONAL DOS NAPNES

Hellenvivian de Alcantara Barros

Kelma de Freitas Felipe
Patrícia Fernandes de Freitas
DOI 10.22533/at.ed.2202128047

CAPÍTULO 8..... 71

**CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS ATRAVÉS DE PRÁTICAS EDUCATIVAS
EXPERIMENTAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS**

Diane Rita Rupp
Rosemar Ayres dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.2202128048

CAPÍTULO 9..... 81

A PROFESSORA LUCÍLIA BECHARA SANCHEZ: UMA PROFESSORA MODERNA

Francisco de Oliveira Filho

DOI 10.22533/at.ed.2202128049

CAPÍTULO 10..... 94

**CATOLICISMO E POLÍTICA ÀS VÉSPERAS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL: O
SISTEMA PAULISTA DE ENSINO NA ADMINISTRAÇÃO DO PADRE JANUÁRIO
BALEIRO DE JESUS E SILVA (1963-1964)**

Samuel José de Carvalho
Mauro Castilho Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.22021280410

CAPÍTULO 11..... 105

**ACESSIBILIDADE ATITUDINAL E OS ENTRAVES NA INCLUSÃO DO ESTUDANTE
COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO AMBIENTE ACADÊMICO**

Carolina Eckrich Canuto
Luciana dos Santos dos Anjos
Elisângela Bezerra Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.22021280411

CAPÍTULO 12..... 116

**A CONCEPÇÃO DE ESTUDANTES E PROFESSORES(AS) DOS ANOS FINAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE SAÚDE EM ESCOLAS COM DIFERENTES
CONTEXTOS**

Márcio da Mota Machado Filho
Ivana Fontoura Carvalho
Débora Velasque de Souza
Edward Frederico Castro Pessano
Maurício Cendón do Nascimento Ávila
Fernando Icaro Jorge Cunha
Marcos Corrêa Kemmerich
Francisco Mesquita Santos
Salete Pereira Zanella
Maria José Baltar de Azambuja
Mayara da Silva Lachmann

DOI 10.22533/at.ed.22021280412

CAPÍTULO 13	124
UMA PRÁTICA EDUCATIVA INTERDISCIPLINAR AMPLIANDO O REPERTÓRIO CULTURAL DO ALUNO	
Cecilia Doracy Ulrich Regis Scarlet Karen Buzzi	
DOI 10.22533/at.ed.22021280413	
CAPÍTULO 14	136
LA GESTIÓN EDUCATIVA SEGÚN EL PENSAMIENTO DE JAIME CAICEO: UN ENFOQUE HISTÓRICO	
Estela Socías Muñoz	
DOI 10.22533/at.ed.22021280414	
CAPÍTULO 15	147
EDUCAÇÃO, DESAFIOS E DILEMAS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: GÊNERO E A MULHER ENCARCERADA	
Tailan Cristina Maciel Vanessa Elisabete Raue Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.22021280415	
CAPÍTULO 16	158
O DESINTERESSE DOS JOVENS NA AULAS DE SOCIOLOGIA, EXISTE UM CULPADO?	
Jessica Laiane dos Santos Dildo Pereira Brasil Carlos Henrique Catuaba de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.22021280416	
CAPÍTULO 17	169
PENSAR O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: PROCESSOS DE (TRANS) FORMAÇÃO COLABORATIVOS	
Isabel Tomázio Correia Manuela Matos So ia Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.22021280417	
CAPÍTULO 18	181
A IMPORTÂNCIA DA DIVERSÃO NO APRENDIZADO DA MATEMÁTICA	
Gyslane Aparecida Romano dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.22021280418	
CAPÍTULO 19	184
A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA	
Aline Carolina Bassoli Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.22021280419	

CAPÍTULO 20.....	193
RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: REFLEXÕES DA GESTÃO ESCOLAR DIANTE DA AUSÊNCIA DOS PAIS NA EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS	
Isabele Guimarães Ramos	
Jadson Justi	
Jamson Justi	
Edrilene Barbosa Lima Justi	
DOI 10.22533/at.ed.22021280420	
SOBRE OS ORGANIZADORES	209
ÍNDICE REMISSIVO.....	211

CAPÍTULO 11

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL E OS ENTRAVES NA INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO AMBIENTE ACADÊMICO

Data de aceite: 03/05/2021

Data de submissão: 03/02/2021

Carolina Eckrich Canuto

Mestranda em Educação- UNB
Brasília-DF

<http://lattes.cnpq.br/1433356086807974>

Luciana dos Santos dos Anjos

Especialista em Educação Inclusiva – IDJ
Fortaleza- CE

<http://lattes.cnpq.br/1786493125373317>

Elisângela Bezerra Magalhães

Doutora em educação – UFC
Fortaleza- CE

<http://lattes.cnpq.br/4750443354270259>

RESUMO: A reflexão suscitada neste artigo envolve as sutilezas presentes no processo da Inclusão escolar. Para tanto, o estudo tem por objetivo realizar uma análise sobre como as pessoas com deficiência percebem, enfrentam e/ou entendem as barreiras atitudinais no ambiente acadêmico. Utilizou-se como referencial teórico Mantoan (2003), Goffman (1988) e Diniz (2007). A pesquisa apresenta caráter qualitativo, e trata-se de um estudo de caso que foi desenvolvido por meio de entrevista estruturada e tem como participantes dois estudantes universitários com deficiência visual. Assim, foi possível perceber, sob o prisma da acessibilidade, aspectos da configuração atual do processo inclusivo e quais os desafios que precisam ser superados.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade atitudinal;

inclusão escolar; deficiência visual.

ATITUDINAL ACCESSIBILITY AND THE BARRIERS IN THE INCLUSION OF VISUAL DISABLED STUDENTS IN THE ACADEMIC ENVIRONMENT

ABSTRACT: The reflection raised in this article involves the subtleties present in the process of school inclusion. Therefore, the study aims to carry out an analysis of how people with disabilities perceive, face and / or understand the attitudinal barriers in the academic environment. The theoretical framework used was Mantoan (2003), Goffman (1988) and Diniz (2007). The research has a qualitative character, and it is a case study that was developed through a structured interview and had two university students with visual impairment as participants. Thus, it was possible to perceive, from the perspective of accessibility, aspects of the current configuration of the inclusive process and what challenges need to be overcome.

KEYWORDS: Attitudinal accessibility; school inclusion; visual impairment.

1 | INTRODUÇÃO

Acessibilidade é um tema essencial no campo de estudos sobre a inclusão. Entendida como um recurso que possibilita condições para que todos os indivíduos vivam cotidianamente com segurança e autonomia. A discussão sobre o tema se configura em um instrumento de promoção do exercício da cidadania das pessoas com deficiência.

O presente trabalho tem o intuito de atingir os seguintes objetivos: contribuir para futuras pesquisas nesta área; apresentar barreiras atitudinais dentro do ambiente acadêmico, relacionadas aos atores envolvidos com o processo acadêmico; propor sugestões que possam promover a equidade desses alunos neste espaço; fundamentar o estudo do tema tanto para profissionais de gestão e ensino quanto para estudantes dentro do ambiente acadêmico; e ressaltar a importância do processo para convivência acadêmica.

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, pois analisou situações relacionadas às subjetividades envolvidas no processo da Inclusão. Também, buscou-se os fundamentos teóricos nos estudos de Mantoan (2003) sobre o processo supracitado e nos Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC).

Dessa forma, a pesquisa se justifica pela proximidade e pela vivência das autoras com a temática em tela. Algumas questões se fazem presentes inquietando as autoras em relação à inclusão na educação superior, as quais as barreiras atitudinais ainda causam desconforto e muitas vezes a desistência dos deficientes visuais antes do término do curso superior.

De acordo com os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conceitua-se acessibilidade atitudinal como: “Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras”. Assim, a definição permite o entendimento que as generalizações sociais são óbices ao processo de acessibilidade. Neste sentido, o conhecimento sobre as deficiências é fundamental para garantir a melhor convivência no âmbito acadêmico.

Portanto, faz-se necessário uma abertura mútua na qual o contato seja estabelecido assegurando que a aproximação gere informações necessárias ao convívio acessível. Por intermédio do contato e da convivência é possível estabelecer uma ponte de troca de conhecimentos, possibilitando a permuta de sugestões a quem deseja aprender e a quem precisa dessa acessibilidade, permitindo assim e, também, facilitando a interação social entre todos os envolvidos no processo, sem prejuízos para nenhuma das partes envolvidas.

O processo descrito acima, que expõe certa reciprocidade também é uma forma de inclusão, tão necessária quanto à acessibilidade arquitetônica ou os outros tipos mais divulgados e conhecidos pela sociedade.

A pesquisa detém-se no estudo da acessibilidade atitudinal dentro dos ambientes acadêmicos, voltada para os alunos com deficiência visual, visando à interação necessária entre os profissionais que compõem o ambiente acadêmico e todos os alunos.

Nessa perspectiva, as atitudes didáticas inadequadas podem tanto comprometer o rendimento do educando deficiente visual, como também demonstrar algo sobre os

agentes educacionais frente à Inclusão. Ao analisar essas questões, procurou-se entender os mecanismos que provocam a busca pelo auxílio de um colega vidente, durante uma explicação, atitude muitas vezes desconfortável para o deficiente visual.

Para evitar constrangimentos, o professor ao identificar a necessidade do seu aluno deficiente visual, deverá prover recursos educacionais pertinentes à situação. Tais recursos proporcionarão a substituição dos recursos visuais ou poderão complementá-los com meios de percepção não visuais quando necessário, para que a explicação sobre determinado conteúdo seja apreendida por todos os educandos de forma efetiva.

2.1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Na realização da pesquisa, optou-se por um estudo de caso envolvendo dois participantes, considerando que para Yin (2001, p. 12): “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real- tais como ciclos de vida individuais”. Dessa forma, ao investigar o fenômeno contemporâneo da acessibilidade atitudinal, no âmbito acadêmico, os sujeitos do estudo são dois estudantes universitários deficientes visuais. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista estruturada, definida por Lakatos (2005, p. 196) como “aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas”.

O quadro abaixo ilustra os dados dos sujeitos da pesquisa, nesse caso indivíduos adultos que apresentam a ausência total da visão, e que se encontram cursando o ensino superior. Ressalta-se que os nomes verdadeiros dos sujeitos foram substituídos por nomes fictícios, a fim de que fosse mantida a privacidade dos entrevistados.

Sujeito	Representação	Idade	Escolaridade	Deficiência
Mauricio	R1	18 anos	superior incompleto	Glaucoma Congênito
Taís	R2	33 anos	Superior incompleto	Glaucoma

Quadro 1- Apresentação dos sujeitos pesquisados

Fonte: Acervo das autoras

Por meio das entrevistas, intencionou-se conhecer as experiências vividas pelos participantes da pesquisa, com a finalidade de buscar a análise das respostas e a identificação dos sentimentos externados frente às situações vivenciadas no ambiente da universidade na qual estudam.

3 I INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Notadamente as últimas décadas foram marcantes por conquistas as quais visam à igualdade de direitos. Os princípios do processo da Inclusão podem ser encontrados em variadas documentações como leis e decretos que resguardam conquistas e os direitos dos alunos com deficiência.-

Dessa forma, destacam-se dois documentos, a nível internacional, que influenciaram a educação brasileira: a Conferência Mundial de Educação Para Todos (UNESCO, 1990) e a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade (1994), realizada na Espanha, que proporcionou a aprovação da Declaração de Salamanca.

No âmbito nacional, numerosos documentos federais, estaduais e municipais, entre leis e decretos ofereceram amparo à Inclusão, tais como a Constituição Federal de 1988, que traz no inciso I, do Art. 206, um importante princípio educacional: “I – igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Tal normativo, também garante o direito à educação para todos sem distinção.

A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, prevê a acessibilidade aos alunos com deficiências. Interpretando a lei citada, Silva (2012, apud LEONEL; LEONARDO; GARCIA, 2015, p. 663) afirma que a promoção da acessibilidade pode ser realizada “por meio de adaptações curriculares, com estratégias de ensino diversificadas e processos de avaliação diferenciados”. Segundo a autora, essa lei atribui às instituições de ensino a responsabilidade e o dever de ofertar condições necessárias que garantam aos alunos com deficiência a assistência para a aprendizagem e o desenvolvimento conforme suas particularidades, sendo esta responsabilidade estendida a todos os níveis de ensino. Essa declaração é reforçada por Simionato (2011, apud LEONEL; LEONARDO; GARCIA, 2015, p. 669) com base nos documentos oficiais e explica a Educação Inclusiva como sendo uma modalidade destinada aos alunos com deficiência em todos os níveis de ensino, do básico ao superior.

Tem-se ainda, como documento nacional de grande influência, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que objetiva assegurar a inclusão escolar aos alunos com:

Deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial, desde a educação infantil até a educação superior; oferta de atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade, acessibilidade arquitetônicas nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2010, p.12)

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro 2000, determina em seu Art. 24 que:

Art. 24. Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2004)

A partir desta determinação, fica estabelecido que as Instituições de Ensino Superior (IES) têm de cumprir as medidas dispostas na lei para que possam obter a autorização para funcionamento e abertura ou renovação de curso.

A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, traz como diretriz a proposta de plena integração da pessoa com deficiência em todas as áreas da sociedade, com a garantia do “[...] direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas regulares”.

Logo, constata-se que o processo da Inclusão está devidamente amparado e respaldado em bases legais, afirmando assim a assistência aos alunos com deficiência e dando-lhes subsídios para que estudem e possam alcançar seus objetivos profissionais.

Porém, ao se vivenciar essa realidade ou diante de um contato com ela, percebe-se um lado social que parece descrente em relação ao potencial desses alunos. Isso origina as barreiras atitudinais que são mais obstáculos para a vida de quem tem deficiência, pois a indiferença para os méritos dessas pessoas impossibilita ou dificulta o surgimento de oportunidades cujo desempenho profissional não teria relação com a deficiência do indivíduo.

4 | INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

Aspirando à equidade e ao desenvolvimento da sociedade brasileira, faz-se necessária a implementação efetiva da Inclusão na Educação Superior. A afirmação procede da constatação de que muitas IES somente integram seus alunos com deficiências.

O direito dos alunos terem acesso a uma melhor formação educacional suscita algumas questões conceituais sobre como atender integralmente as necessidades de todos os indivíduos. Portanto, a diferença entre Integração e Inclusão deve ser analisada e nesse contexto, Mantoan (2003, p. 14) elucida o que é definido pelo termo Integração:

O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção escolar de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego é encontrado até mesmo para alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer, residências para deficientes.

Em determinado momento histórico, foi benéfico o trabalho baseado no conceito de Integração, tendo em vista que significava a saída de alunos deficientes de instituições especializadas visando à inserção nas escolas regulares. Dessa forma, a Integração fez parte do processo que objetiva atender à diversidade educacional.

Fundamentalmente, trata-se de um deslocamento do atendimento especializado para o âmbito da escola regular, pois na maioria dos casos os alunos com deficiência eram matriculados em salas especiais que disponibilizavam um ensino adaptado. Isso tudo, caracterizou apenas uma inserção parcial no âmbito da realidade do ensino regular.

Sob esta ótica, a Inclusão como uma etapa posterior foi analisada com objetivos ambiciosos, mas não românticos. Mantoan (2003, p.16) afirma que:

A radicalidade da inclusão vem do fato de exigir uma mudança de paradigma educacional, [...]. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e regular. As escolas atendem às diferenças, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais).

Com a finalidade de atender plenamente a individualidade do sujeito, a Inclusão defende a adaptação da escola ao aluno e não o contrário. Segundo Alcoba (2008), verifica-se que no âmbito acadêmico os docentes discordam entre si sobre o assunto, visto que alguns defendem o conceito de Inclusão e de sua efetiva implementação no ambiente educacional, enquanto outros têm uma visão míope de que a deficiência seja um obstáculo intransponível.

Na educação superior os docentes trabalham com educandos que já possuem uma bagagem considerável de vivências, inclusive referentes a processos seletivos. Alcoba (2008, p. 4) afirma que os docentes “esperam que o aluno com deficiência supere suas dificuldades sem que precisem alterar os procedimentos costumeiros, que foram planejados tendo em vista o aluno padrão, médio, normais”. Dessa forma, a expectativa gerada pelos professores nem sempre é a real, o que pode ser aplicado também aos alunos deficientes.

O processo inclusivo prevê a diferença, sobretudo na forma de aprender. Então, situações diversas podem surgir em um momento da aula, o conhecimento pode ser acessado por canais diversos pelos indivíduos, mas especificamente o deficiente visual busca por estímulos auditivos e táteis para construir conceitos. Espera-se que o professor da educação superior ao se deparar com situações assim, mude os caminhos traçados para alcançar a totalidade dos alunos. Os argumentos contra a Inclusão afirmam que estas adaptações podem significar perdas para o curso e também para formação dos discentes.

A constatação de que deficientes se encontram na maioria das instituições superiores Integrados e não Incluídos, foi evidenciada principalmente nas experiências das autoras do presente estudo. São percebidos esforços de alguns professores em tornar a Inclusão

realidade, entretanto ainda faltam informações sobre o assunto bem como sensibilização relativa aos direitos de todos receberem uma educação de qualidade. Soluções possíveis são apontadas por Sasaki (2009, p. 6):

Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios.

É relevante nos remetermos a um processo que Bourdieu (2001) chamou de “excluídos do interior”, quando se argumenta que a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares, embora se apresente como democrática, revela-se seletiva, classificatória e estigmatizante, contribuindo para a reprodução da ordem já estabelecida. Portanto, o esforço reside em criar iniciativas que busquem incluir de fato todas as diversidades existentes no ambiente escolar.

5 | ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, serão analisados os dados coletados nas entrevistas aplicadas aos sujeitos. Dessa forma, as perguntas objetivaram fazer emergir percepções e emoções dos dois estudantes em relação ao processo vivido.

1. Que atitudes os professores e alunos demonstram a você em sala de aula?

A meu ver, todos eles, apesar dos estigmas quase inconscientemente absorvidos por muitos, procuram tratar-me como igual, embora às vezes prevaleça a imagem do “cego coitado”, talvez reforçada pela necessidade de auxílio que muitas vezes se apresenta por falta de acessibilidade no espaço universitário. (R1)

Grande parte reage com espanto, outros ignoram a presença e alguns agem com naturalidade. (R2)

O termo “estigma” utilizado por Mauricio (R1), demonstra toda a complexidade envolvida no processo inclusivo. Goffman (1988, p. 12) analisa que o estigma “algumas vezes é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem”, teorizando desta forma as impressões do entrevistado.

É notório o incômodo que os dois entrevistados sentem em relação às atitudes que se revelam no ambiente onde estudam. Conforme afirma Diniz (2007, p. 15) “a experiência da deficiência não é resultado de suas lesões, mas do ambiente social hostil à diversidade física”, assim a consciência da falta de acessibilidade foi ressaltada na primeira fala.

2. As atitudes em relação a você na sala de aula já lhe fizeram se sentir como um “ninguém”?

Não! (R1)

Sim, algumas vezes. (R2)

Na divergência das respostas observa-se a implicação forte da pergunta, que consiste em verificar se estes indivíduos são atingidos por ações de terceiros. É pertinente trazer a análise de Mantoan (2003, P.19) sobre os termos tolerância e respeito, que segundo a estudiosa estão presente em documentos de ação educacional sobre inclusão, conforme se observa:

A tolerância, como um sentimento aparentemente generoso, pode marcar uma certa superioridade de quem tolera. O respeito, como conceito, implica um certo essencialismo, uma generalização, que vem da compreensão de que as diferenças são fixas, definitivamente estabelecidas, de tal modo que só nos resta respeitá-las.

Assim, as sutilezas do processo vão revelando sua importância e exigindo o compromisso dos envolvidos.

3. Você já se sentiu discriminado, pelo motivo de ser cego ou possuir visão reduzida, por professores ou alunos do ambiente acadêmico?

Pouquíssimas vezes. E em todas constatei que foi mais por desinformação que por má vontade. (R1)

Sim. (R2)

A discriminação acontece no âmbito acadêmico como averiguado na entrevista e na vivência das autoras. Nesta, observou-se um fato no qual a professora insistiu na atividade unicamente visual, mesmo após ser levada ao conhecimento de que sua aluna deficiente visual não teria como participar da aula. Essa experiência pode ensejar mudanças a partir dos estudos de Rocha e Miranda (2009) que fazem referência às tecnologias de informação e comunicação (TIC), destacando a importância dessas tecnologias que são úteis no aprendizado, no trabalho, na integração com a família, amigos e sociedade.

Mantoan (2003, p. 27) afirma que as práticas excludentes devem ser revistas, como as chamadas por ela “válvulas de escape, como o reforço paralelo etc, continuam sendo modo de discriminar alunos que não damos conta de ensinar e de nos escondermos de nossas próprias incompetências”. Na mesma direção, Diniz (2007, p. 15) reforça que “a experiência da desigualdade pela cegueira só se manifesta em uma sociedade pouco sensível à diversidade de estilos de vida”.

4. Os professores disponibilizam o material acadêmico utilizado em sala de aula em algum formato acessível para que você possa estudar e acompanhar as aulas?

Sim, sempre que possível. (R1)

Sim, a maioria deles. (R2)

No contexto da sala de aula, é observado o impacto da presença de alunos deficientes na prática dos docentes. Para Melo e Araújo (2018, p.61) “Um estudante que

demanda recursos e técnicas diferenciadas de ensino suscita o redirecionamento do olhar para a formação e atuação dos docentes universitários, no tocante ao pensar e agir do professor no ato de planejar, ensinar, aprender e avaliar.” Os entrevistados ressaltam o compromisso dos professores em atendê-los de forma razoável.

5. De que forma você faz suas avaliações ou trabalhos em sala de aula? Que maneiras o professor encontra para lhe avaliar?

Os professores frequentemente utilizam meios digitais para promover minhas avaliações. Quando isto não é possível, as avaliações são feitas com a ajuda de bolsistas ou outros estudantes selecionados pelos docentes, fato que dificulta muito a avaliação, visto que fico meio que a mercê dos meus ajudantes, o que não deveria acontecer num processo avaliativo. Ademais, não encontro outro obstáculo, podendo os processos avaliativos serem aplicados sem transtorno algum no que diz respeito à acessibilidade. (R1)

Realizo provas e trabalhos usando o computador com leitor de telas. As avaliações e trabalhos são impressos e o professor faz a correção da mesma forma como realiza a dos outros alunos. (R2)

Segundo Melo e Araújo (2018, p.62) “A capacitação dos docentes para lidar com o aluno com NEE consiste num dos eixos fundamentais para a garantia de um ensino de qualidade [...]”. Com isso se percebe que grande parte dos docentes não teve uma formação adequada para atuar no processo de inclusão.

6. O que você sugere que aconteça para melhorar o ambiente acadêmico?

É estritamente necessário e urgente que se leve mais a sério o fato de que existem alunos com deficiência visual nos cursos, e que os professores, todos eles, não só alguns, estudem e procurem dialogar com os alunos formas de promover a inclusão. (R1)

Sugiro formação, convívio e empatia. Mas a acessibilidade atitudinal é uma via de mão dupla, portanto quem sofre o preconceito também precisa está disposto a romper essas barreiras. (R2)

Percebe-se aqui a urgência de profissionais preparados para acolher o estudante acadêmico deficiente visual. Para Mantoan (2003, p. 28) “é o que fazemos para sair da passividade, da rotina costumeira e das estratégias que vêm de cima para disciplinar o nosso comportamento, os nossos pensamentos e as nossas intenções”. A capacidade de reagir frente a uma situação, pode ser decisiva ao passo que pode romper obstáculos.

Nesse sentido, Rocha e Miranda (2009, p. 28) afirmam:

Embora, a implementação dessa sociedade inclusiva esteja apenas começando, a consecução do processo de inclusão de todos os alunos na escola básica ou na universidade não se efetua apenas por decretos ou mesmo leis, pois requer uma mudança profunda na forma de encarar a questão e de propor intervenções e medidas práticas com a finalidade de transpor as barreiras que impedem ou restringem o acesso e permanência de pessoas com deficiência.

O discurso democrático da inclusão e a igualdade, formalmente instalados, revelam o quanto são abstratos estes conceitos no cotidiano educacional. O pensamento de Bourdieu (2001) ilumina o contexto, e nos traz a reflexão sobre estas “presenças ausentes” que redundam em supostas práticas inclusivas, quando na verdade é mais uma tentativa de normalização dos indivíduos, valorando-os pelo que lhes falta. Assim, observa-se que teorizações discursivas e diretrizes políticas constituem apenas o início de um projeto maior de Inclusão Escolar, que deve compreender outros aspectos e ser alvo de reflexões aprofundadas sobre o assunto.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Análise, baseada em pesquisas acadêmicas, teóricas e informações coletadas, revela a disparidade entre a legislação e a realidade do processo Inclusivo na educação superior. Os debates em torno da educação inclusiva alteraram de forma considerável o aspecto normativo da educação, impondo dessa forma uma nova ética e uma nova moral que ainda não estão estabelecidas.

Embora os princípios da acessibilidade estejam no centro de discussões acadêmicas, alguns dos atores de tais discussões ainda entendem a Inclusão como um paradoxo. A diversidade pode ser compreendida equivocadamente como incapacidade, se a ótica é limitada somente à deficiência. Assim, esta visão se despe de sua humanidade, ignorando as potencialidades e muitos outros aspectos que caracterizam a unicidade de cada indivíduo.

Em consequência, verifica-se que deficientes visuais são prejudicados principalmente por ações ou omissões de pessoas ligadas à educação. É inegável que essa parceria de auxílio atitudinal e esforço dos responsáveis, precisam ser mais próximos, pois os desafios são necessários na vida de uma pessoa cega para que ela mantenha sempre ativos todos os estímulos de seus sentidos remanescentes que a orienta. Consequentemente, isso pode gerar conhecimentos e vivências, que direcionem a sociedade a buscar a prática natural da inclusão, promovendo a aprendizagem mútua interligada à ajuda consciente e humana. Assim, quem recebe tal ajuda pode ser grato e seguir em busca da conquista de seu espaço como cidadão ativo na sociedade, superando seus limites e principalmente, reduzindo ao mínimo, as possíveis barreiras causadas pela cegueira em suas vidas.

Conclui-se, então, que todas as ideias inclusivas devem focalizar a eliminação de barreiras sociais, quer sejam didáticas ou arquitetônicas. Assim, o acesso ao conhecimento precisa ser irrestrito e recomenda-se que no ambiente educacional e/ou acadêmico é indispensável que sejam extintos os preconceitos, os estereótipos e as discriminações.

REFERÊNCIAS

ALCOBA, Susie de Araújo Campos. **A Inclusão de alunos com deficiência na universidade: O desafio pedagógico**. UNICAMP. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf

BORDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Ed. Vozes. 2001.

DINIZ, Denise. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

LEONEL, Waléria Henrique dos Santos; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; GARCIA, Raquel de Araújo Bonfim: **Políticas públicas de acessibilidade no ensino superior: implicações na educação do aluno com deficiência**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.10, n. esp. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo. Ed Moderna. 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MELO Francisco Ricardo Lins Vieira de; ARAÚJO, Eliana Rodrigues. **Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional**. Psicologia Escolar e Educacional, SP. Número Especial, 2018: 57-66.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; ROCHA, Telma Brito. **A Inclusão De Alunos Com Deficiência No Ensino Superior: uma análise de seu acesso e permanência**. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; DÍAZ, Félix; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma (Orgs) **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas**. SALVADOR EDUFBA 2009.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. (2 Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 43, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 115

Acessibilidade atitudinal 105, 106, 107, 113

Adhemar de Barros 94, 95, 99, 100, 102, 103, 104

Adoecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Afetividade 181, 183, 196

Alunos com deficiências 53, 55, 57, 58, 108, 109

Ambiente 13, 15, 23, 24, 27, 42, 43, 48, 50, 51, 54, 57, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 118, 121, 127, 134, 163, 164, 165, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 195, 196, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 206

Análisis envolvente de datos 26, 28, 30

Aprendizagem 3, 7, 8, 9, 20, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 71, 72, 73, 75, 79, 86, 92, 108, 110, 114, 115, 124, 125, 127, 131, 132, 134, 135, 155, 159, 162, 163, 169, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 210

Atendimento domiciliar 42, 44, 45, 47, 49

B

Benjamin Constant 36, 38, 39, 40, 160

C

Calidad de la educación 136

Calidad educativa 26, 30, 35

Catolicismo 94, 100, 103

Ciência 36, 37, 38, 48, 62, 63, 70, 80, 84, 93, 123, 166

Comte 36, 37, 38, 39, 40, 41

Covid-19 50, 124, 134

D

Deficiência visual 105, 106, 113

Diversão 164, 181, 182, 183

Docência 10, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 46, 78, 79, 93, 158, 167, 168, 209

Docentes 1, 4, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 72, 79, 85, 87, 110, 112, 113, 120, 121, 140, 141, 162, 170, 178, 186

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 18, 21, 25, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 82, 84, 87, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 117, 118, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 134, 135, 136, 137, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210

Educação pré-escolar 169, 170, 172, 176, 179, 180

Encarceramento 147

Enfoque histórico 136, 137

Enfrentamento 1, 2, 3, 7, 8, 9, 153

Ensino 2, 3, 4, 7, 9, 18, 19, 27, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 93, 94, 99, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 127, 131, 134, 154, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 171, 178, 181, 182, 183, 185, 186, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 206, 207, 208, 209, 210

Escola 6, 12, 14, 19, 21, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 72, 73, 75, 76, 79, 82, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 104, 108, 110, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 131, 134, 135, 145, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Escola regular 43, 53, 55, 57, 63, 110

Estágio supervisionado 12

Estudios de graduados 26

Experimentação 19, 38, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80

F

Família 21, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 99, 108, 112, 136, 164, 167, 168, 184, 186, 188, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Formação continuada 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 79

Formação de professores 2, 6, 10, 12, 18, 19, 25, 82, 93, 108, 161, 162, 209, 210

G

Gênero 5, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 208

Gestión educativa 136, 137, 143

Gestor escolar 193, 195, 207, 208

I

Identidades docentes 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25

Inclusão 6, 42, 43, 49, 51, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 154, 155, 158, 161, 184, 186, 189, 190, 191, 210

Inclusão escolar 53, 57, 58, 60, 61, 70, 105, 108, 114, 115, 190

Índice de efectividade 26, 28, 29

Interação 12, 14, 20, 22, 23, 24, 42, 45, 46, 51, 57, 59, 60, 64, 72, 75, 106, 127, 171, 182, 183, 186, 187, 190

Interdisciplinaridade 124, 125, 134

J

Januário Baleeiro 94, 95, 96, 97, 99, 100, 103, 104

L

Lucília Bechara Sanchez 81, 82, 84, 85, 93

M

Matemática 37, 38, 50, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 120, 123, 178, 181, 182, 183, 189, 209, 210

Matemática moderna 81, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93

Metodologias de ensino 71

Moderna 36, 39, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 115

Mulher 84, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

O

Orientações curriculares 169, 170, 180

P

Política educacional 94, 101

Práticas educativas 71, 73, 74, 78, 124, 127, 131, 134, 147, 148, 154, 209

Práticas pedagógicas 169, 171, 172, 174, 175, 179, 208

Q

Qualidade de vida 64, 116, 117, 123, 186, 191

R

Repertório cultural 124, 125, 126, 134

Republicanismo 36

S

Saúde ambiental 117

Sistema estadual de ensino 94

Socioambiental 117

Sociologia no ensino médio 158, 159, 161, 167

T

Teoria histórico-cultural 1

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

6

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

6

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021